



Foto: Carlos Macado

■ Escolas já sentem impactos negativos, e precisam de mais resiliência para não prejudicar estudantes

■ Investir em letramento climático e educação para a sustentabilidade é essencial para a cidadania

■ Projetos com foco socioambiental podem transformar conhecimento em ação nos territórios

GESTÃO

Educação é parte da solução da crise climática

A educação deve ser protagonista no enfrentamento da crise climática. Essa mensagem foi reforçada na COP30, que aconteceu em novembro, em Belém (PA). Instituições de ensino têm papel já reconhecido na formação de uma cidadania consciente e capacitada para enfrentar desafios e aproveitar oportunidades que serão criadas com a transição para uma economia verde. Mas podem também atuar com ações imediatas, que aliam teoria e prática em intervenções além dos muros da escola. Para que possam contribuir de forma eficaz com o esforço global, no entanto, estudantes e profissionais da educação precisam também estar protegidos, pois já sofrem as consequências de tragédias socioclimáticas. .

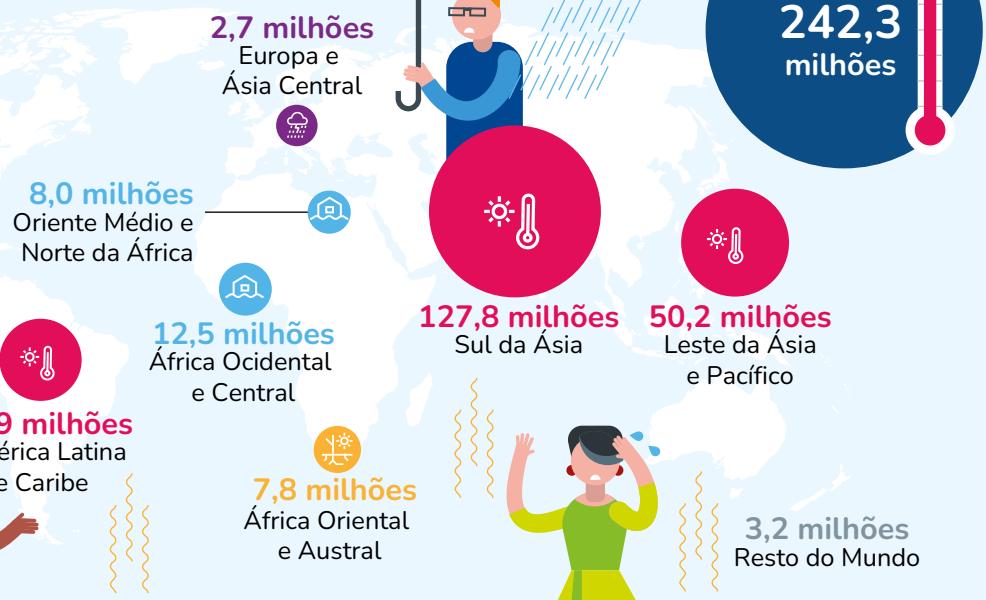
Número de alunos afetados por interrupções escolares relacionadas ao clima em 2024

Por região de atuação do UNICEF

-  Seca
-  Enchente
-  Tempestade
-  Onda de calor

↓
Os ícones representam o risco climático que mais causou interrupção das aulas em cada região. O número de afetados em cada região, porém, refere-se ao total de eventos extremos

Fonte: Unicef 2025



O relatório *O Impacto da Mudança Climática em Educação – E o que Fazer sobre Isso*, do Banco Mundial, aponta entre 1970 e 2024 uma criança de 10 anos passou a enfrentar três vezes mais chances de inundações de rios, o dobro de ciclones tropicais e incêndios florestais, cinco vezes mais secas e 36 vezes mais ondas de calor ao longo da vida. Além de prejudicar a aprendizagem, esses eventos impactam a saúde de professores e estudantes e aumentam o risco de abandono escolar, trabalho infantil e casamento precoce, segundo o relatório do Banco Mundial. Segundo a análise *Panorama Global das Interrupções Escolares Relacionadas ao Clima*, pelo menos 242 milhões de estudantes – da Educação Infantil ao Ensino Médio – tiveram interrupções nas aulas devido a eventos climáticos em 2024.

Diante desses desafios, é essencial que os sistemas educacionais se preparem para agir em múltiplas frentes, de forma a garantir o direito à educação de crianças e jovens, reconhecendo que os estudantes precisam ser protagonistas nesse processo. Esse foi o mote principal do painel “Transição Justa na Prática: jovens e escolas como agentes da mudança climática”, realizado pelo **Consórcio Amazônia Legal**, com apoio do Instituto Unibanco, durante a COP30, em Belém.

“Nosso jovem não está em silêncio. A escola é que às vezes o silencia. Por isso precisamos criar espaços de participação, pois, quando eles surgem, as respostas aparecem. Exemplo disso foram os projetos apresentados pela juventude nas conferências municipais, estaduais e nacional de meio-ambiente. Foram soluções que dialogavam com o que estavam vivendo em suas realidades”, afirmou no painel a secretária de Educação do Amapá, Sandra Casimiro.

O **Consórcio Amazônia Legal** reúne 9 estados da região amazônica, e tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal de forma integrada e cooperativa para mitigar as desigualdades regionais em defesa da população amazônica



No mesmo painel na COP30, Maíra Dantas, representando o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, destacou que a educação faz parte de um dos eixos transversais do guia de ações de enfrentamento à mudança climática no Brasil, o Plano Clima. A estratégia – ainda aberta à consulta pública – está sendo elaborada em parceria com o MEC, para que educação ambiental e climática ganhe mais relevância nos currículos escolares. Vale destacar que o projeto de Lei do novo Plano Nacional de Educação, em discussão no Congresso, prevê também a inclusão de um objetivo de sustentabilidade socioambiental.

LETRAMENTO CLIMÁTICO E O PAPEL DA ESCOLA

Essas ações são necessárias, ainda que não suficientes sozinhas, para formação de uma cidadania plenamente letrada do ponto de vista climático e socioambiental, incorporando valores, atitudes e competências para atuar de forma colaborativa na busca de soluções. Mais do que simplesmente transmitir conhecimento, a escola tem uma contribuição significativa a dar, fazendo com que os estudantes “vivam o que aprendem e aprendam com o que vivem”, ou seja, incorporando a sustentabilidade ao seu cotidiano, como aponta a Unesco no relatório *Educação para o Desenvolvimento Sustentável*.

Ao desenvolver nas crianças e jovens conhecimento científico, pensamento crítico, liderança e capacidade de colaborar com seus pares e interagir com o meio ambiente, mais do que gerar consciência, a escola prepara na prática uma geração para sustentar a transição verde, com mão de obra qualificada, inovadora e capaz de criar soluções e tecnologias de baixo carbono. O conceito de educação verde, proposto pela Unesco, recomenda que as escolas se tornem centros de aprendizado resilientes e inovadores, onde estudantes e comunidades possam desenvolver habilidades e atitudes para enfrentar os desafios climáticos de forma prática e colaborativa.

São inúmeras as possibilidades de intervenção, a partir da escola, na realidade local. Em Várzea Grande (MT), por exemplo, estudantes e professores da Escola Estadual José Leite de Moraes, ao tomarem conhecimento de um estudo da Agência Nacional de Águas sobre o risco de escassez hídrica na Bacia do Rio Paraguai, criaram o projeto Adote o Espaço, propondo a recuperação de áreas degradadas próximas à instituição, em parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

O projeto promoveu uma aprendizagem prática e interdisciplinar, envolvendo Biologia, Matemática e produção de relatos sobre a experiência. A iniciativa se tornou tão relevante que foi transformada em lei municipal, promovendo o engajamento de outras escolas da cidade. O diretor **Jalme Santana Figueiredo Júnior**, em depoimento ao Banco de Soluções do Instituto Unibanco, relatou que os estudantes, ao assumirem o protagonismo das ações, passaram a ter um interesse maior em todas as atividades da escola. Veja no [Observatório de Educação](#) outras ações de escolas que aliaram ação socioambiental e aprendizagem.



ESCOLAS RESILIENTES

Além de mudanças curriculares, intervenções práticas e da valorização do protagonismo dos estudantes, é essencial também fortalecer a resiliência das escolas frente a eventos climáticos extremos que impactam sua rotina. Nessa frente, o Instituto Unibanco é também apoiador do Consórcio Amazônia Legal e de outros territórios – caso do Rio Grande do Sul – na produção de guias com esse objetivo. No caso do Consórcio, uma das ações foi a produção de guias com orientações de logística e infraestrutura; acolhimento e bem-estar; comunicação; além de ações pedagógicas. As informações abrangem como reabrir escolas após eventos climáticos, mitigar riscos, garantir infraestrutura adequada, fornecer apoio psicológico a estudantes e famílias, organizar redes de comunicação e garantir a continuidade da aprendizagem, inclusive por meio do ensino remoto.



SAIBA MAIS

- **Educação para o Desenvolvimento Sustentável: um roteiro** (2021), Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). bit.ly/49Z92YH
- **Estudo preliminar: escolas resilientes**, CEDOC - Observatório de Educação. bit.ly/48O2laM
- **Guias sobre Crise Climática**. Consórcio Amazônia Legal, Instituto Unibanco. bit.ly/49S1Fnf
- **Nota Técnica 9 - O Impacto das Mudanças Climáticas na Educação: iniciando um debate** (2024), D3E, Todos pela Educação, Instituto Terra Firme. bit.ly/4oQdtcY
- **O Impacto das Mudanças Climáticas na Educação – E o que fazer a respeito** (2024), Banco Mundial. bit.ly/4oM06L1
- **Transição Justa na Prática: mesa de debate na COP30** (2025). www.youtube.com/live/GZ2mDf3kYI0

Só que o fortalecimento da resiliência educacional depende também de financiamento estruturado e contínuo. Nesse sentido, o documento *Ações orçamentárias de educação e meio ambiente*, produzido pelo Instituto Unibanco e pela Eixo Estratégia Política, identificou lacunas ao analisar como os orçamentos públicos federais e estaduais estão integrando a pauta ambiental à educação. O estudo mapeou 13 ações orçamentárias federais relacionadas a esse tema, somando R\$ 24,2 bilhões previstos na Lei Orçamentária de 2025, mas revelou forte concentração dos recursos no Ministério do Meio Ambiente — e pouca destinação direta à educação ambiental ou para linhas de financiamento de infraestrutura escolar resiliente.

Nos estados, foram encontrados 88 ações orçamentárias com foco em educação ambiental, resiliência climática e prevenção de desastres, mas com grande heterogeneidade regional, sendo que Bahia, Espírito Santo e Rio Grande do Sul aparecem com maior diversidade e orçamento, enquanto outros têm ações pontuais e de baixo impacto.

O documento também identifica oportunidades de financiamento internacional, por meio de mecanismos como o Green Climate Fund e a Global Partnership for Education, e aponta que integrar educação e meio ambiente nas políticas públicas é condição para construir sociedades mais resilientes e sustentáveis.

Aprendizagem em Foco é uma publicação produzida pelo Instituto Unibanco. Tem como objetivo adensar as discussões sobre o contexto educacional brasileiro, a partir de pesquisas, estudos e experiências nacionais e internacionais.

Para fazer algum comentário, envie um e-mail para: instituto.unibanco@institutounibanco.org.br
Para ler as edições anteriores, acesse: <https://bit.ly/BoletimAprendizagemFoco>
Produção editorial: Redação Carmen Nascimento; Edição Antonio Gois e Carolina Fernandes
Projeto gráfico e diagramação Estúdio Kanno; Edição de arte Fernanda Aoki